

A. I. N° - 277993.0019/07-5
AUTUADO - VARIG LOGÍSTICA S/A
AUTUANTE - VERA MARIA PINTO DE OLIVEIRA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 03/09/2007

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0276-03/07

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. TRANSPORTE DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, por ter realizado transporte de mercadoria de terceiro, desacompanhada de documentação fiscal. Infração não elidida. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATORIO

O Auto de Infração, lavrado em 09/04/2007, refere-se à exigência de R\$3.049,80 de ICMS, acrescido da multa de 100%, por ter sido constatado o transporte de mercadoria sem documentação fiscal, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências n° 210377.0004/07-7, às fls. 06 e 07.

Em sua defesa, fls. 18 a 21 dos autos, o autuado, através do seu representante, com instrumento legal à fl. 22, inicialmente contesta a forma utilizada para determinação da base de apuração do imposto, argüindo que o cálculo aritmético levado a efeito elevou o valor da multa, pois indica uma quantia incorreta e superior ao que fosse considerado devido. Requer que o Auto de Infração seja declarado nulo, ou retificado quanto à penalidade imposta, reabrindo-se o prazo de impugnação a partir da solicitada retificação.

Em seguida, passa à descrição dos fatos apurados na ação fiscal, argüi que não pode ser responsabilizada pelo crédito tributário em lide, cita o artigo 10 da Convenção de Varsóvia, o artigo 239 do Código Brasileiro de Aeronáutica, e ensinamentos de José da Silva Pacheco.

Assegura que não cometeu qualquer tipo de ilícito e tece comentários acerca da atividade de transporte aéreo, aduzindo que a pena imposta é desproporcional em relação ao fato, sendo, assim, injusta e indevida.

Ao final, requer que sejam considerados seus argumentos e ponderações para que o Auto de Infração seja julgado insubsistente.

A autuante, à fl. 26, informa que a autuação foi pautada dentro dos preceitos legais, e cita dispositivos do artigo 938, do RICMS/BA. Afirma que, em relação à base de cálculo, os preços são os constantes dos documentos de fls. 12 e 13. Quanto à responsabilidade solidária do autuado, cita o artigo 39, I “d”, do supracitado Regulamento, e o Conhecimento de Transporte à fl. 08. Conclui pedindo a procedência da autuação.

VOTO

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, uma vez que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais, a base de cálculo foi apurada corretamente, estão descritos com clareza o autuado e o fato gerador do lançamento de ofício, inexistindo violação

ao devido processo legal, não se encontrando a fundamentação do defendente amparada nos incisos I a IV do art. 18 do RPAF/99, para declaração da sua nulidade.

No mérito, o Auto de Infração é decorrente da responsabilidade solidária atribuída ao autuado, tendo em vista que foram encontradas, em sua posse, mercadorias sem documentação fiscal, conforme Termo de Apreensão às fls. 06 e 07.

Em relação ao cálculo aritmético da base de cálculo adotada pelo autuante e contestada pelo autuado, consta à fl. 12 indicação de preço unitário da mercadoria transportada, e à fl. 13 planilha de demonstrativo de cálculo do débito tributário exigido. Assim, foi calculado o montante do ICMS exigido consoante o disposto no artigo 938, V, “b”, do RICMS/BA.

Quanto à multa exigida, também questionada pelo autuado, o percentual aplicado é de 100%, prevista no artigo 42, inciso IV, alínea “a” da Lei 7.014/96.

Em relação a responsabilidade do transportador, o art. 39, inciso I, alínea “d”, do RICMS é claro, não deixando dúvidas que este é solidariamente responsável pelo pagamento de imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte, visto que aceitou transportar mercadorias sem documentação fiscal, haja vista que este está obrigado a exigir a respectiva nota fiscal das mercadorias transportadas.

Assim, entendo que está caracterizada a irregularidade apontada no presente Auto de Infração, sendo devido o imposto acrescido da multa já mencionada neste voto.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 277993.0019/07-5, lavrado contra **VARIG LOGÍSTICA S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.049,80**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de agosto de 2007

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - RELATORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR